



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	11. SET. 1979
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			



**UM GOVERNO ISOLADO  
OU UM GOVERNO ATACADO?**

Que deverá entender-se por «isolamento» de um Governo e/ou de um Primeiro-Ministro?

Submetida à pergunta, Maria de Lurdes Pintasilgo respondeu: «Nas conversações que tive, na semana passada, com partidos e forças sociais, sobre os aumentos de preços, constatei que o Governo não está isolado».

A pergunta só poderia ter uma resposta negativa ou, pelo menos, limitativa. A engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo não teve dificuldade em traçar uma distinção entre o isolamento que resulta da não representatividade política e o isolamento que reflecte desconhecimento dos problemas nacionais e alheamento das dificuldades e das preocupações dos portugueses. Se o Governo compreende a impopularidade das medidas que se vê obrigado a adoptar e as sabe apresentar como necessárias, assumindo a impopularidade e explicando a necessidade, não ficará isolado do «país da realidade» (Herculano, *dixit*), e, eventualmente, ganhará compreensão e apoio.

Claro que é algo ingénuo reivindicar o volume da correspondência, e os protestos de confiança e de esperança que venham à tona da maré alta dos pedidos e queixumes, como apoio político. Por outro lado é perigosa, levanta nos «partidos políticos» reservas e até desconfianças, a alusão aos contactos directos com as populações. Bem sabemos que um Governo democrático, mesmo de duração limitada, não poderá desconhecer que a realidade política e social não se esgota na actividade política partidária. Mas os «políticos» não gostam da concorrência do político não-alinhado, suportam mal a marginalização das estruturas partidárias, não se conformam com o apelo directo ao povo.

E, efectivamente, o apelo directo pode ser o acto necessário de uma política responsável ou o momento inicial de uma aventura. Vem tudo isto a propósito das declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo que nos pareceram límpidas e saudáveis, mas que podem ter inspirado algumas reservas a personalidades democráticas zelosas da ortodoxia do sistema. Ortodoxia essa, e «vontade de Poder» essa, que leva a menosprezar a força da espontaneidade popular, a criatividade das massas, o dinamismo funcional das bases, tudo submetendo a um jogo parlamentar que se apresenta como susceptível de ser bloqueado.

Dada essa experiência, e porque nada garante que os resultados das «eleições intercalares» venham modificar significativamente a correlação de forças na Assembleia da República, a pergunta que presumia uma continuidade do Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, justificava-se. A resposta foi desprentenciosa e sorridente. Como convinha, talvez. Mas o problema está na linha do horizonte. Não devemos simular

uma confiança ilimitada nas «eleições intercalares», porque uma coisa é o significado político das eleições, outra coisa o seu resultado como factor de estabilidade institucional.

O Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo terá que esperar a manifestação da vontade popular e não pode tomar medidas que pressuponham a ideia de que cidadãos de boa vontade deverão substituir os políticos nas tarefas de gestão do Estado.

Mais do que as demonstrações de simpatia que receba e da consonância que verifique com as preocupações dos partidos e forças sociais, o Governo terá que contar com os ataques que lhe são movidos. A força do Governo nasce e cresce com a hostilidade da «direita». Nesta perspectiva, que é a da estabilidade institucional democrática, não estará a correr o risco de desmoronamento político o Governo ao qual a CAP declara guerra.

Haverá que distinguir as justas reivindicações dos pequenos camponeses, dos proprietários rurais – trabalhadores, dos agricultores-produtores, e os interesses dos intermediários, feirantes e especuladores. E será necessário, igualmente, a partir das experiências em curso e das iniciativas locais, dar extensão nacional à Reforma Agrária atacando o problema nacional da terra nas três frentes: reforma do regime de propriedade, reforma do regime de cultura, reforma da tecnologia agrária. A Agricultura portuguesa precisa de ser desburocratizada e desmistificada. E não poderá haver política da terra contra os interesses e a vontade de milhares e milhares de trabalhadores da terra. Prestar-lhes assistência técnica e administrativa, não poderá confundir-se, na prática, com a criação de estruturas burocráticas asfixiantes e de controlo hostil. O movimento camponês, na sua espontaneidade e no seu radicalismo, deverá ser respeitado. Com os trabalhadores dever-se-à falar de trabalho, de organização do trabalho, de justiça social, de solidariedade social, e não da «ordem velha», a «ordem» das matracas, das baionetas e dos cárceres.

Perante o protesto e a movimentação insurreccional da CAP o Governo não pode ficar isolado, e não poderá ceder.

As forças democráticas devem apoiar o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo quando a «direita» o ataca e os interesses corporativos contra ele se rebelam. E o Governo deve ter a noção de que vencerá o isolamento – o que derivou do processo da sua constituição e o que a «direita» tenta provocar – ligando-se ao povo, dialogando com as forças democráticas políticas e sindicais, consultando e esclarecendo os parceiros sociais que não tenham alçado pendão e caldeira contra a Revolução de Abril.

Porque – e Maria de Lurdes Pintasilgo já o afirmou – este é o Governo de um período de **transição**. Mas é necessário entender o que por **transição** se compreende, de que **transição** se trata.

**Transição** entre duas fases do processo de institucionalização constitucional da Revolução de Abril. Este Governo é um elo, uma ligação, entre Abril e Abril. Entre Abril entendido como «acto libertador» e Abril entendido como «momento da institucionalização democrática». Não se trata de **transição** para algo que se situe além (ou aquém) do texto da Constituição, não se trata de preparar o «regresso» ou de aproximar a «restauração». **Transição** porque **trânsito**, porque continuidade de um movimento para maior liberdade e mais verdadeira Justiça.

Não estará isolado o Governo que cumprir a Constituição e que aceitar este seu transitório mandato como uma tarefa espinhosa e modesta de defesa de Abril e da Democracia.